

“A palavra nómada”

Entrevista a Aida Gomes

Nascida em Lundimbale (Huambo, Angola) no ano de 1967, filha de mãe angolana e pai português, Aida Gomes veio para Portugal com o pai em 1975, fugindo de uma situação de iminente perigo e guerra. Aos dezoito anos muda-se para a Holanda para trabalhar como *au pair* e é também nesse país que estuda Ciências Sociais. A pesquisa para a sua dissertação de mestrado levou-a novamente a África, no entanto não a Angola, que ainda estava em guerra, mas a Moçambique. Aida Gomes andou por vários territórios do mundo: Guiné-Bissau, Camboja, Suriname, Sudão e Libéria, onde trabalhou em missões de paz da ONU. Os *pretos de Pousaflores* (2011), o seu romance de estreia, com quase dez anos de lançamento, continua a abrir algumas das feridas da memória coletiva portuguesa. Não sendo um romance autobiográfico, conta uma história polifónica, inspirada na realidade, que se prende com as experiências de um outro “retorno de África”, a chegada de crianças e jovens não-brancas a uma aldeia portuguesa.

Nesta entrevista, concedida em outubro de 2020, Aida Gomes partilha reflexões sobre o seu percurso, marcado por tantos trânsitos, a construção da sua identidade, impregnada por muitas confluências culturais, bem como sobre o seu romance.

DW: Aida, obrigada por ter aceitado o meu convite. Começemos com uma autoapresentação sua. Conte-nos, por favor, o seu percurso de vida, o seu sentido de pertença a diferentes lugares e o impacto que isso teve (e tem) na sua visão de mundo e no seu projeto literário.

AG: A minha relação com a escrita, com as letras, começou em Angola muito cedo: o meu pai ensinou-me a ler muito cedo. Lembro-me que, aos quatro anos, eu sabia ler e escrever e queria muito ir para a escola. Ainda fiz a primeira classe em Angola e depois houve um ano conturbado em que não havia escola, não havia nada. Foi mais ou menos a altura em que a guerra começou. Quando cheguei a Portugal, lembro-me muito bem de uma escola no cimo de uma serra, na aldeia onde o meu pai nasceu. Essa escola tinha dois edifícios, cada um com duas das quatro classes do ensino primário. Tenho a memória de, naquela altura, ter escrito um poema. E tenho essa lembrança porque? Porque a professora gostou

tanto dos meus versos que pegou no poema e foi para o outro lado do edifício mostrá-lo à outra professora. Infelizmente eu nunca consegui recuperar esse poema, porque a professora tinha uma espécie de armário de vidro, com muitas coisas lá guardadas, onde deixou também o meu caderno aberto na página em que estava o poema. Quando acabei a escola lá, não tive coragem de pedir para me devolverem o caderno. Sei que o texto tratava de uma borboleta. Eu dizia que queria ser uma borboleta azul. Eu devia ter oito ou nove anos na altura. E nesse poema eu dizia que queria ser uma borboleta azul porque, quando as crianças me vissem pousada na erva ou pousada à beira da estrada num arbusto, ninguém me ia fazer mal porque iam pensar que eu era um pedacinho caído do céu. E esse poema – isso já foi há quarenta anos atrás – reflete um bocadinho a minha experiência nessa escola, uma vez que eu era a única pessoa de cor que as pessoas ali tinham visto. Fui constantemente atormentada de todas as maneiras possíveis, chamavam-me certos nomes. As crianças, naturalmente, são muito cruéis umas com as outras.

Tenho também a lembrança de, na escola secundária, escrever muita coisa. As professoras de Português eram muito simpáticas comigo, partindo do princípio de que eu era uma das poucas pessoas de cor ali e de que eu não tinha mãe. Acho que houve até uma professora que me queria adotar. Então, nesse sentido, senti-me aconchegada.

Nós, em casa, não tínhamos muito dinheiro. Como eu gostava de desenhar, a minha estratégia foi, muitas vezes, escrever poemas e trocá-los por desenhos, folhas de papel de resma ou por canetas. Entre os meus escritos, estavam aqueles poemas ao estilo Carlos Drummond de Andrade: “O João ama Maria, a Maria ama a Alice...”¹, etc. Esses versos eram mais ou menos sobre a Maria que gostava do Manuel, de modo que saía assim um poema da Maria a revelar o seu amor ao Manuel, esse tipo de coisas.

Eu sempre carregava comigo cadernos onde “escrevinhava” todo o tipo de coisas à minha volta. Quando fui para a Holanda, foi a primeira vez que tive, para já, um contacto com uma língua que não fosse a materna. Mas isso também da língua materna é estranho, porque, segundo o meu pai, eu falava umbundu quando criança, já que a minha mãe era angolana e falava comigo em umbundu. Ela deixou de estar presente na minha vida quando eu tinha catorze meses. Depois, havia sempre as meninas que tomavam conta de mim, e elas falavam-me em umbundu também. Há uma familiaridade no som, eu gosto do som, principalmente o cantar, mas não me lembro, não sei nenhuma palavra em umbundu.

Então, chego à Holanda e sou confrontada com uma outra língua, muito árida, muito dura, muito mais difícil. Comecei lá a escola secundária para poder ter o diploma do secundário. Lembro-me também de tentar escrever em holandês e da diferença que havia entre o holandês e o português: o português é como uma espécie de rio fluente, as palavras espalham-se, a língua tem um ritmo que se alarga, e o holandês são tijolos, são pedras sobrepostas. Mais tarde, comecei a escrever em holandês. Num desses escritos, criei a imagem da neve e de uma luz a brilhar nesse ambiente gélido. Essa luz era uma espécie de pirilampo no meio de uma nuvem. É claro que essa imagem é impossível, porque os pirilambos costumam aparecer numa noite quente de verão. Mas era exatamente essa a imagem. Anos mais tarde, um amigo tradutor ficou irado comigo: “Isto é impossível de ser dito, tu não podes dizer isto em holandês. Vai contra toda a lógica!” Digo isso só para exemplificar os meus contactos entre esses países e as suas respetivas línguas.

DW: Pode comentar um pouco mais sobre a sua juventude?

AG: Os anos 90 são especiais porque eu era jovem e o típico da juventude são os ideais. Essa foi a época em que estudei Sociologia, porque queria ser jornalista. Nessa década havia a guerra da Jugoslávia, havia o Ruanda, havia a guerra na Libéria, Angola estava em guerra, Moçambique estava quase a ter acordos de paz, mas ainda estava submersa em conflitos. Então, para mim, África estava completamente num caos. E a única coisa positiva naquela altura foi a libertação do Nelson Mandela e depois a sua eleição. De resto, era um mundo terrível em termos de guerras e falta de esperança. Contudo, também havia uma espécie de espírito, a nível mundial, de que era preciso fazer alguma coisa. Lembro-me que, na época, o Kofi Annan também se tornou Secretário-Geral da ONU – a primeira pessoa negra. Não o primeiro africano, porque antes esteve o egípcio Boutros Boutros-Ghali.

Durante os meus anos de estudo na universidade, um mundo levantou-se para mim em termos de conhecimento, em termos de alegria de viver. Abria-se todo um leque de possibilidades. Acabei por fazer o mestrado em Estudos do Desenvolvimento, porque tinha aquele sentimento de que tinha que voltar a Angola, a África, tinha que fazer alguma coisa pelo continente que me fez nascer, pelo continente com que realmente eu tinha muita afinidade em todos os sentidos, porque nunca deixei de ser angolana, tanto aqui em Portugal, quando vim aos oito anos, como na Holanda, onde cheguei aos dezoito anos.

Na Holanda, por exemplo, havia alguém que tinha uma amiga portuguesa e estava sempre com muita vontade de me apresentar essa senhora. Quando esse encontro se concretizou, a minha amiga disse: “Olha, está aqui a Aida. Ela também vem de Portugal”. Essa senhora olhou para mim e disse: “Ah, mas ela não é portuguesa!” Eu olhei para ela e pensei: “Ela tem razão, não sou portuguesa”. Essa senhora ficou muito desiludida!

Num certo sentido, senti-me sempre angolana, tanto por mim própria quanto pela reação externa à minha presença neste mundo. Lembro-me quando foi para fazer a pesquisa de mestrado. Eu queria muito ir a Angola, mas nessa altura tinha rebentado a guerra outra vez e não era possível voltar. Então escolhi Moçambique para fazer a minha pesquisa. Fiquei lá um tempo e depois nunca mais parei num sítio certo. A minha vida foi: oito anos em Angola; depois, entre os oito e os dezoito, dez anos em Portugal; depois, o total do tempo que estive na Holanda foram nove anos. Nesse sentido, a palavra “nómada” talvez se aplique muito bem à vida que tive até agora. E voltei a Moçambique, para o trabalho. Também trabalhei em Angola, um bocadinho mais tarde, nos últimos anos da guerra. Estive ainda no Sudão, tanto em Darfur como no sul do Sudão.

DW: Essa vida nómada foi muito marcante para si?

AG: Dos países onde estive, penso que todos me marcaram, mas a Guiné-Bissau marcou-me muito, muito... especialmente pela terra que é: uma espécie de paraíso com muitos aspetos infernais, infelizmente, para as pessoas. Na Libéria tive experiências fantásticas, em Darfur, também em Cartum, a capital do Sudão. Em todos os sítios onde estive absorvi qualquer coisa. Mas, quando estou em mim, quando penso sobre quem sou, de certeza que haverá, portanto, talvez dois ou três países que de uma maneira ou outra determinam aquilo que sou. E aquilo que é a minha herança, definitivamente, é Portugal e é Angola, de uma maneira ou outra. E foi por essa razão que escrevi *Os pretos de Pousaflores*, por estas andanças que eu tinha feito pelo mundo. Houve uma curiosidade em tentar perceber como é que dois países – Angola e Portugal – se cruzaram na história que me fez escrever *Os pretos de Pousaflores*, para me perceber melhor, para perceber determinados trajetos. E aquele trajeto de que fala *Os pretos de Pousaflores* não é especificamente a minha trajetória pessoal, mas tinha um pouco a ver com os percursos de famílias, de homens, mulheres e crianças, de brancos, negros e mestiços, tanto na herança colonial portuguesa como também naquilo que é o passado de Angola. Era isso que eu queria aprofundar de uma maneira ou de outra.

DW: O que significam as palavras “identidade” e “memória” para si, a nível pessoal, literário ou político?

AG: A identidade é um termo que pode ser muito específico, mas, para mim, é vago. Esse conceito pode estar relacionado com o cabelo loiro, os olhos azuis ou ser moreno. Pode ser uma origem, uma raça, um país, um passaporte ou até uma identidade pessoal em termos de traje (uma pessoa pode escolher ser *punk*, ser *nerd* ou ser alternativo). Nessa perspetiva, sinto que há uma componente muito pessoal em termos do que seja a identidade. Supostamente, a maior parte das pessoas nem sequer pensa muito nisso, enquanto outras pessoas refletem um pouco mais e assumem a sua própria identidade na aparência, na nacionalidade ou mesmo no lugar onde vivem. Outras conformam a sua identidade pelo facto de não se identificarem com o lugar em que estão ou por andarem pelo mundo. Portanto, o que posso dizer da minha identidade? Há uma parte angolana. Assumo também uma parte portuguesa, porque o meu pai era português e porque tenho aqui algumas origens. Mas, de certeza, Angola, como eu disse, é o meu berço.

Nesse sentido, acho que a memória é o que, de uma ou outra forma, recompõe aquilo que seria uma parte da minha identidade, porque eu recomponho, reconstruo no momento em que estou a escrever. É o momento em que pego em assuntos ou impressões que me marcaram. Na escrita, a memória é sempre inventada, tal como a identidade. Voltamos sempre àquelas sensações da infância, porque aí aprendemos a sentir. É sendo criança que aprendemos a sentir o vento, ouvimos o vento, vemos os rios, vemos as flores, vemos os bichos, os pássaros. Isso é o que faz parte da escrita: estamos constantemente a redefinir e a definir o mundo a partir daquilo que é a nossa memória e do que são os nossos focos identitários.

DW: Tinha-lhe pedido que trouxesse algum objeto que, para si, denote uma memória afetiva de Angola. Vimos que trouxe algumas fotografias. O que representam?

AG: Trouxe esta foto com a minha mãe. Eu também estou nesta foto, feita pela minha filha. Foi no dia em que ela apanhou o avião de Lubango, no sul de Angola, e veio para Luanda. Eu estava a viver em Luanda e ela veio ficar meio ano comigo. Eu encontrei a minha mãe no meio da guerra, entre 2000 e 2001. A paz só veio no ano 2002 em Angola. E foi um momento muito emocionante, porque eu já tinha estado com ela em Lubango. Foi quando combinámos tudo: era preciso tratar dela, porque ela estava mais ou menos como refugiada. Depois de

tudo tratado, finalmente veio o dia em que ela conseguiu apanhar o avião, já com a documentação, e ir para Luanda. Eu e a minha mãe fomos separadas quando eu tinha catorze meses. Significa, portanto, que não tenho memória consciente dela. Mas foi bom reencontrá-la naquele sentido de que me reconheci muito nela, não só no sorriso, mas também na sua estatura e no seu sentir. Já me tinham dito que ela era uma andarilha; nunca parava num sítio. E durante a guerra andou sempre de um lado para o outro. Além disso, ela tinha histórias. Nunca foi aquela pessoa vitimista. Sempre falava do que passou durante os anos de guerra com uma enorme lucidez, sem chorar. A minha mãe contou partes da guerra que eram dilacerantes, de gente queimada, de casas, cubatas queimadas. Mas a única coisa que me disse para realmente mostrar o quão horrível aquilo tudo foi, foi que ela, durante muitos anos, não conseguiu comer carne grelhada. Não suportava esse cheiro. E, nesse sentido, lembro-me de sentir que ela era uma mulher muito forte. Para além disso, tinha um sentido de humor muito grande. E esse sentido de humor é que eu relaciono muito com ser angolano. Lembro-me de estar em Moçambique e fazer a comparação com os angolanos. Havia aquela diferença: os moçambicanos são, vamos dizer, modestos, meigos – diria até ponderados – e têm um sentido de humor completamente diferente. Os angolanos são barulhentos, gostam de se afirmar e riem-se com qualquer situação.

A minha mãe teve três homens na vida: o Gomes, que foi o meu pai. Depois ela teve um filho (a quem deu o nome Guerra) com um capitão da UNITA.² Tempos depois, esse capitão foi morto. Ela andou pela guerra, perdida, refugiada, deslocada. Mais adiante encontrou um sujeito com o apelido Gusmão, que era já daqueles tempos coloniais. Se alguém em Timor-Leste falava muito, mandavam para Angola. Se alguém falava muito em Angola, mandavam para a Guiné. Andavam sempre a mudar, a desterrar quem falava muito. Então, o Gusmão foi parar ao sul de Angola e a minha mãe teve o terceiro filho com ele. E eu perguntei: “Então teve esses três maridos e agora está sozinha?”. “Ah, filha... estou mesmo sozinha”, disse ela. “Mas porquê?”. “Não, quero estar sozinha, porque o que eu aprendi na vida foi: a vida é muito difícil com homem, é difícil sem homem, ah, é melhor estar sozinha. A vida é difícil na mesma”.

DW: A Aida tem contacto ainda com os seus meios-irmãos?

AG: Há alguns anos que não. É uma história muito complicada. Um deles eu tentei ajudar, tentei, tentei. Isso é muito complicado no contexto africano, porque o dinheiro não chega. Mandeí o dinheiro ao meu irmão e ele nunca o

entregou à minha mãe. Ao meu irmão mais novo em Luanda, dei-lhe montes de coisas, mas vendem tudo, percebe? É aquela coisa africana muito complicada, de modo que tu não consegues ajudar efetivamente. Eles não percebem que, para eu juntar mil euros, também tenho que fazer enormes coisas, mas depois eles são capazes de pegar nos mil euros e fazer uma festa durante uma semana. Entretanto, aquele dinheiro deveria servir por muito tempo. Por outro lado, a questão é que, com o tempo, a relação se limita ao dinheiro.

DW: É um choque cultural, realmente.

AG: Sim, porque pensam que sou riquíssima.

Esta foto vem de um projeto muito bonito, em Luanda, chamado Stories for Trees, (Histórias para Árvores). Eu acho que foi aí por volta de 2001. A ideia era tirar fotografias e depois saiu um livro desse projeto. Esta fotografia é a imagem de capa do livro, onde escrevi um conto. Esta imagem para mim é lindíssima, porque simboliza Angola, mas também simboliza, para já, a engenharia capilar, ou o que lhe chamemos. Em qualquer parte de África é lindíssimo ver os penteados, os entrançados, as formas, a criatividade. Este penteado é lindo, porque realmente lembra os baobás africanos. E depois esta senhora da imagem, este céu azul claro, fantástico, o sol sempre a brilhar. Nem toda a gente pode contar com isso aqui nesta parte do mundo. Além disso, eu acho piada ao traje dela, porque ela já está num contexto, vamos dizer, doméstico.

DW: Dando sequência ao nosso jogo de palavras-chave, o que a Aida nos poderia comentar sobre a palavra “género”?

AG: Não é por nada que existe aquele cliché da mamã África ou da Terra Mãe. A mulher africana tem uma força suprema de sobrevivência. E qualquer pessoa que tenha estado em África sente que, de uma certa forma, os homens têm uma vida muito mais folgada. Há imensos homens que assumem toda a responsabilidade da vida, mas são maioritariamente as mulheres que assumem isso com muita força, com muita garra, que criam as crianças e que mantêm aquele espírito comunitário de entreatajuda. Eu estive muito tempo a tratar de questões de desenvolvimento e percebi a importância de projetos envolvendo as mulheres. Quem apoia profissionalmente ou financeiramente uma mulher africana apoia uma família inteira. Quando alguém apoia um grupo de mulheres, apoia a aldeia inteira. O mesmo já não se poderá dizer quando os homens estão envolvidos. E ainda assim, muitas vezes eles é que se põem à frente, eles é que dominam o panorama.

DW: Passando agora para o seu livro, *Os pretos de Pousaflores* (2011), gostaria que comentasse um pouco sobre como essa narrativa aborda o “retorno de África”.

AG: A questão do retorno é interessante para mim. *Os pretos de Pousaflores* foi publicado em 2011. Eu acho que foi em 2008 que me sentei para o escrever e estive mais ou menos um ano ocupada na escrita, na revisão, etc. *Os pretos de Pousaflores* era uma versão mais complexa de um outro livro que eu escrevi aos 23 anos e que era uma reflexão minha sobre o que foi sair de Angola, ir para Portugal e estar na Holanda. Essa versão chamava-se *O meu nome é Elis*. Tinha um amigo tradutor de literatura portuguesa e infantojuvenil e ele gostou muito da obra. Ele vinha regularmente a Portugal – estamos a falar do princípio dos anos 90 – e trouxe uma cópia do livro para falar com vários editores. Mas a resposta que obtive de toda a gente foi: “Ah, isso dos retornados e dos africanos, ninguém está interessado nisso. Nem pensar!” Na época em que comecei a escrever *Os pretos de Pousaflores*, peguei outra vez naquela versão e vi que não era exatamente aquilo o que eu queria escrever.

O retorno ou a expressão “os retornados” esteve, durante várias décadas, sempre interligada a um grupo de pessoas maioritariamente portuguesas que foram para Angola e retornaram. Isso claramente é uma simplificação da realidade. Concordo com aqueles que dizem que Portugal não esteve quinhentos anos em África, já que essa colonização andou nas costas, na parte litoral. Mas mesmo em África, se calhar, pode dizer-se que, durante pelo menos duzentos ou duzentos e cinquenta anos, existiu uma presença portuguesa mais permanente.

Houve várias vagas de portugueses em Angola e elas representaram vários períodos do colonialismo português no país. Há a presença colonial antes de 1910, no período monárquico, e há depois as diferentes vagas que surgiram no século XX. E o retorno não será a palavra mais adequada para classificar o que significou a vinda, a revolução portuguesa, as independências de Angola, de Moçambique e dos outros países que estavam sob o domínio português. Eu não utilizaria a palavra “retorno”. Acho que a palavra “retorno” ficou um bocadinho em voga para identificar um determinado tipo de portugueses. Acho que as vagas de colonização do século XX realmente sentiram que Angola estava a crescer, que era o paraíso, que era maravilhoso para esses portugueses que ali estavam e tinham uma vida maravilhosa, de reis, tudo a rolar como devia ser e, de repente, acabou-se o paraíso deles e voltaram a Portugal. Eles também dizem: “Deixámos tudo”. Ali ficou um sentimento de perda, um sentimento de saudosismo que representa o tal retorno, os tais retornados.

DW: Quais seriam os problemas por trás desse saudosismo e desse discurso sobre o retorno?

AG: Há nuances, na palavra “retorno”, que se perdem. E essas nuances perderam-se, porque o discurso dominante do retorno foi sempre expresso e articulado por uma classe de portugueses, a maior parte brancos, que falavam de uma África mítica, maravilhosa.

Muitos aspetos se perderam no discurso sobre o retorno. É claro que o que veio ao de cima realmente foi a Guerra Colonial ou a Guerra da Libertação, de uma maneira ou outra. Essa questão foi articulada de uma forma política, em termos ou de uma direita conservadora (que se fixou pela parte do saudosismo e de uma independência mal conseguida e mal organizada) ou de uma facção portuguesa progressista, esquerdista, que fez o 25 de Abril, que se sentiu jubilante e que também deu algum espaço a um bocadinho de autorreflexão sobre os que estavam do lado certo da História e os que não estavam do lado certo da História. E por aí se ficou. Penso que não houve um debate entre as duas partes. Uma parte ficou-se mais pelas perdas e a outra parte ficou-se mais pelo júbilo de se ter tornado independente. Muito menos se falou, por exemplo, do significado do encontro entre as culturas e da violência que foi a imposição de uma ordem colonial. Falou-se muito pouco da integração daqueles que não eram brancos, mas que eram negros ou mestiços e que ficaram pela marginalidade urbana, nos arredores de Lisboa. Falou-se muito pouco da maneira como os portugueses olham o Outro, o negro. Sinto que em Portugal há muitas opiniões, mas não há uma reflexão, um conhecimento do Outro. Há ainda muito preconceito e muito saber opinativo. As discussões reduzem-se a expressar opiniões.

Recentemente, saiu aquela reportagem na SIC sobre “A Montra do Império”³, uma das exposições coloniais que houve no Porto em 1934, se não estou em erro. Esse evento fez uma amostra daquilo que era o império português colonial e havia gente da Guiné, de Timor-Leste, de Moçambique. Não sei se havia gente de Angola e de Cabo Verde. E estamos em 2021. Desde os anos 90, na Holanda, em França e nos Estados Unidos já se falava disso abertamente. Em Portugal abre-se, de vez em quando, um véu. Surgem alguns assuntos ou episódios dolorosos da História. Mas suponho que não existe muito interesse em aprofundar o conhecimento, porque há imensos temas que acabam por não ser tratados, ou que são tratados muito superficialmente. Por exemplo, a questão do racismo. Este ano o debate sobre o racismo ficou em voga, por causa de George Floyd e das várias manifestações que houve nos Estados Unidos. Aqui em Portugal, também vimos manifestações e

uma visibilidade maior da questão do racismo. Mas como é que, depois, pegam nessa questão? Não houve um tratamento do facto de que o racismo é presente na sociedade portuguesa. Em janeiro, um moço cabo-verdiano foi morto com barras de ferro em Bragança. Entretanto, quando esses episódios acontecem, não geram um debate. Sinto que aqui as elites pensadoras não gostam muito de pensar. Gostam de dar opiniões. E essas opiniões são ou do cunho progressista da esquerda, que diz sempre “Fora o racismo! Fora isto, fora aquilo!”, ou dos conservadores, que dizem “Ah, mas não...”. E nenhuma das partes aprofunda os temas.

Os pretos de Pousaflores já saiu há muitos anos. A proposta do romance foi entrar a fundo, por exemplo, na questão colonial da presença portuguesa, na oscilação histórica dos vários períodos coloniais. Assim, a figura do Silva Porto está aí por esse motivo, porque ele representa um outro tipo de colonialismo, um colonialismo de interesse comercial, mas que, pouco a pouco, se estava a transformar numa colonização pela força militar. Silva Porto foi alguém que viveu anos a fazer amizade e a respeitar as chefias tradicionais angolanas. Ele sentia-se muito mal pela força abrupta que entrava por Angola adentro. Isso é uma parte do colonialismo. Depois, há outra parte que é a pacificação, porque a violência militar foi constante, ocorreu durante mais de quinhentos anos, desde que o Diogo Cão aportou em Angola. No século XX, na primeira metade, até à Segunda Guerra Mundial, houve guerras de pacificação. Portanto, não foi a Guerra Colonial ou a Guerra da Libertação que de repente explodiu uma confrontação militar. A intenção também foi mostrar isso.

Ou seja, o que queria mostrar no romance é que a reinserção dos angolanos negros, mestiços ou de famílias misturadas foi uma história diferente daquilo que era o retorno, porque aqueles que realmente se inseriram muito bem na sociedade portuguesa fizeram-no porque tinham vínculos na sociedade, ou porque tinham poder económico e até social. Houve uma parte esquecida, da qual não se falou e que continuou a ser uma presença na sociedade portuguesa e que se traduziu nas mulheres da limpeza, nas assistentes. A ascensão social em Portugal é muito difícil: há vários mecanismos de exclusão. A pobreza é um mecanismo de exclusão, o racismo é outro, mesmo o nortenho e o rural português são também excluídos.

DW: O seu romance é polifónico; cada uma das personagens torna-se narrador/a na primeira pessoa em determinados capítulos. Conte-nos um pouco sobre as características e a conceção das personagens.

AG: Há dois aspetos nas personagens d'*Os pretos de Pousaflores*: o primeiro tem que ver com as características que cada um tem em termos funcionais para a história que eu quis contar. Uma das coisas mais importantes para mim foi a linguagem que utilizei. Eu saí de Portugal em 1985-86 e, a partir desse momento, não estive diariamente em contacto com a língua portuguesa, de modo que quase precisei de a reaprender. Não esqueci o português, evidentemente que não, mas já não tinha aquele vocabulário, porque estive sempre a trabalhar em inglês, um bocadinho em francês, e o holandês continuou, portanto, a ser a base do meu dia-a-dia. E, n'*Os pretos*, uma estratégia importante foi não construir um narrador onisciente, o que foi uma escolha muito lógica, porque eu queria que o leitor se apercebesse, ele ou ela própria, das contradições de cada uma das personagens.

O segundo aspeto importante relativamente às personagens foi a linguagem: a ruralidade ou a regionalidade, a maneira de a Marcolina falar, que é aquele português, eu não diria arcaico, mas de aldeia. É claro que as pessoas na aldeia não falam assim. O que eu fiz foi entrar naquelas maneiras de pensar e de falar muito impregnadas de religiosidade. Com o Justino, por exemplo, tentei outra vez pegar naquele jeito de pensar e de estar angolano. As meninas têm uma determinada estrutura de pensamento, um jeito de estar e de dialogar que são diferentes do que vemos numa pessoa adulta de sessenta anos, como é o Silvério, ou de uma mulher como a Deodata, que terá uns trinta anos quando entra n'*Os pretos*. A Deodata é angolana e, nesse sentido, ela traz muito da minha interpretação de uma mulher angolana. O Silvério é português, o único português de gema na história (com a irmã dele). Ele é o português colonial, colonizador. A princípio, ele era o mais potente na narrativa. A sua linguagem era marcada pelo estilo das personagens do século XIX ou princípio do século XX, em cujas vozes há uma maneira muito distinta e elegante de articular as frases e mesmo de pensar. Tentei que a linguagem deles representasse também aquilo que eles eram. Fiz muito esforço para que cada uma das personagens fosse reconhecível pela sua própria linguagem, pelo seu vocabulário, pelo seu modo de expressão – isto também para as pessoas não ficarem confundidas em relação a quem está a falar em cada capítulo do romance. A história está a ser contada a partir de vozes e o leitor só se apercebe do que está a acontecer à medida que cada uma das personagens se revela.

A minha intenção não foi criar uma hierarquia de personagens, havendo uma principal e as outras secundárias. O objetivo era que cada uma tivesse a sua força no sentido daquilo que é a história. Assim, o Silvério realmente representa o

colonizador. E não é por acaso que ele teve três filhos com três mulheres angolanas em três períodos distintos da colonização de Angola. Em cada um desses períodos, houve uma certa forma de estar, de colonizar e de abordar principalmente as mulheres. Portanto, a história que ele conta é a narrativa de como viveu e de como é que ele também teve relações íntimas com a população local. Mas, por outro lado, Silvério é contraditório, porque não é uma pessoa dura. Ele é uma pessoa até com uma certa sensibilidade. No momento em que chega a Portugal, é a primeira vez que começa a refletir e a fazer um ato de “autoexpição” sobre o papel que teve como colonizador.

A Deodata, como angolana, tem uma filha com um homem branco e isso determina a sua vida. Ama a filha e faz tudo para vir para Portugal e encontrá-la. Ela é a personagem que melhor se adapta a Portugal, porque, talvez, como colonizada, também já interiorizou uma certa maneira de adaptação. Contudo, ao mesmo tempo, tem a força que é dela, a força que lhe vem de ser angolana. Ela sabe o que quer como mulher, como mãe e como companheira do Silvério. Ela é a mais consistente de todas as personagens. Enquanto isso, o Silvério é, de certa forma, a pessoa mais frágil, o que também representa todo o processo de descolonização, porque ele simboliza o fim de um sonho, uma utopia que acabou, que está despedaçada. As três crianças têm que fazer o caminho delas.

O Justino chega a Portugal com 18 ou 19 anos, vindo de uma juventude angolana dos anos 70, que era muito mais cosmopolita do que a juventude portuguesa. Portugal era um país fechado e o Justino chega com o cabelo à Jimi Hendrix, ele sabia que música se escutava nos Estados Unidos, no Brasil, e isso era possivelmente uma certa diferença entre quem era jovem em Angola nos anos 70 e quem era jovem aqui em Portugal. Ele é o contraste disso tudo, já que vem com aquela insegurança e, ao mesmo tempo, com aquela força cosmopolita dos grandes sonhos, com uma certa mentalidade hippie e libertária que é emperrada quando chega a Portugal. Entretanto, o Justino acaba por ter que se conformar com o lugar que lhe dão na sociedade – de contrário, a única saída era voltar a Angola.

As meninas, Ercília e Belmira, representam o que foi esse encontro entre Angola e Portugal, entre o colonizado ou a colonizada e o colonizador, entre o negro e o branco. Elas são duas meninas que representam a vulnerabilidade de ser menina e de crescer num Portugal em que é muito mais fácil ser-se espezinhado, maltratado como ser humano vulnerável. Espero que isso tenha mudado desde a publicação do livro, mas naquele tempo era assim. Além disso, elas representam também aquele exotismo da mulher negra, mulata, supostamente

sempre pronta para o sexo. Há uma sexualização muito forte de quem tem uma cor, de quem é mestiço ou negro e é essa a vulnerabilidade que elas representam.

Data: 24 de outubro de 2020

Local: Valongo, Portugal

Transcrição: Paulo Geovane e Silva

NOTAS

1. Refere-se ao poema “Quadrilha”.
2. UNITA: União Nacional para a Independência Total de Angola.
3. Aida Gomes foi uma das pessoas entrevistadas nesta reportagem de 2020.